

Ricardo Borba

CORREIO BRAZILIENSE



Quarenta famílias de sem-terra instaladas no Acampamento Bela Vista, perto de Brazlândia, vivem em barracos construídos próximo a uma área de proteção ambiental, que já invadiram uma vez

INVASORES DA FLORESTA

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

Está cada vez mais difícil tirar a floresta do papel. As quatro áreas reservadas desde junho do ano passado (Decreto 1.299) para a criação da primeira floresta urbana do Brasil estão invadidas ou prestes a serem ocupadas. São 9 mil 346 hectares, entre Taguatinga e Brazlândia, disputados por sem-terra e especuladores com dinheiro no bolso.

O pior é que três dessas áreas não poderiam estar ocupadas de jeito nenhum. Estão em região sensível, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Descoberto, que garante o abastecimento de 70% da população do Distrito Federal. Mas a tarefa de mantê-las longe dos invasores tem sido impossível. A terra é dividida cada vez mais em chácaras menores, de apenas um hectare cada, o que é proibido por legislação federal.

“O máximo que é permitido dentro da APA do Descoberto são chácaras de 15 hectares”, diz o diretor da Fiscalização de Obras e Posturas, Lorymer Araújo Almeida, 25 anos, da Administração Regional de Brazlândia.

Ainda assim, há uma enorme área, próxima aos mananciais, que não pode ter ocupação nenhuma. Justamente uma das áreas (a de nº 3) reservadas à Floresta Nacional de Brasília (Flona).

Nesse local, a quase dois quilômetros da DF-180 — rodovia que dá acesso a Brazlândia — está o Acampamento Bela Vista. Quarenta famílias de sem-terra estão acampadas na área da antiga Fazenda Chapadinha. Vivem em barracos de madeirite, cobertos por plásticos pretos e amarelos. Nos fundos, eucaliptos da extinta Proflora S/A (Companhia de Florestamento e Reflorestamento) e a mata nativa que protege dois córregos. Um deles, a menos de 50 metros do acampamento.

“A situação está controlada”, garante Lorymer Almeida. Os sem-terra só tentaram uma vez invadir a terra, parcelando-a em chácaras. Foi em setembro do ano passado, quando os fiscais do Sistema de Vigilância Integrado do Solo (SivSolo) e policiais militares foram chamados para conter a expansão.

Os sem-terra do Bela Vista, que esperam pela terra há dois anos, fazem críticas à fiscalização do governo. “Nós não podemos cercar a terra, nem plantar, mas os ricos podem. Depois que estamos aqui, já surgiram umas dez casas novas na beira dos córregos”, denuncia o sem-terra Ribamar Alves de Oliveira, 32 anos, que diz estar no acampamento desde o início, em 17 de julho de 1998, quando as famílias eram em maior número. Cerca de 100. “Muita gente desistiu. A vida

TERRAS FORAM TRANSFERIDAS PARA A UNIÃO

Com 9 mil 346 hectares, a Floresta Nacional de Brasília (Flona) é uma unidade de conservação do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) criada no decreto 1.299, assinado em 10 de junho do ano passado, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi criada dentro da Área de Proteção Ambiental

aqui é difícil demais”, explica Maria das Dores da Silva, 22 anos e três filhos. “A gente só quer a terra pra trabalhar. Meu sonho é plantar abobrinha e laranja para meus filhos. Verdura e fruta não vêm na cesta que o governo dá.” Na área em que os sem-terra estão acampados nem poço artesiano pode ser feito. É preciso autorização dos órgãos ambientais. As famílias tiram água de uma cisterna que já existia no local.

CHÁCARAS IRREGULARES

A invasão na área de nº 4 da floresta é mais complicada. Há mais de 80 chácaras irregulares na região, entrecortada pelos córregos Pulador e Capão da Onça. Nenhuma tem mais do que cinco hectares, o que é proibido por legislação federal (Instrução Normativa 001/88 do então Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente). As chácaras na APA do Descoberto devem ter, no mínimo, 15

MEMÓRIA

(APA) do Descoberto para assegurar a preservação de córregos, nascentes e do lençol freático que leva água a mais da metade da população do Distrito Federal.

No entanto, desde que foi criada no papel, a Flona tem se mostrado um problema. As quatro áreas reservadas a reflorestamento de árvores do cerrado estão situadas em locais nobres e despertam interesse da especulação imobiliária. Pelo decreto, as áreas que estão hoje sob o cuidado da Terracap ficam transferidas para a União. O Ibama será

responsável por transformar a Flona em área de desenvolvimento sustentado.

O Ibama já pediu a desocupação das áreas da floresta. São mais de 500 invasores, e 19 derrubadas já foram feitas desde o ano passado.

A remoção dos sem-terra, no entanto, tem se mostrado lenta demais. O Governo do Distrito Federal fica à espera de que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) libere terra no Entorno para as famílias assentadas nas áreas da Flona. Uma herança deixada pelo governo anterior. (R.A.)

hectares e, mesmo assim, em áreas restritas.

Há duas semanas, oito casas de alvenaria foram demolidas no local. Lorymer Almeida conta que as chácaras novas surgem de desmembramentos de posses antigas e da especulação de quem tem dinheiro.

Há poucos dias, fiscais do governo fizeram mais uma operação de derrubada na área 1 da floresta. “Foi a 19ª do ano passado para cá”, conta o subgerente do SivSolo, major Esmeraldo Oliveira. “Mas a área está limpa”, garante. Pelo menos por enquanto. A região de proteção ambiental às margens de dois córregos afluentes do Rio Descoberto, na divisa de Taguatinga e Brazlândia, é alvo constante dos invasores.

Em 31 de março, por exemplo, 150 pessoas foram expulsas da área. Foram flagradas por policiais federais tentando vender terrenos. Os 3 mil 353 hectares da Área 1 estavam parcelados em 1.592 lotes, demarcados

com tocos de madeira, arame farpado, barbante e até fita adesiva. A invasão era promovida pela Associação Movimento Democrático dos Pequenos Agricultores Sem-Terra e Sem-Teto Nova Esperança do Distrito Federal, com base numa ação de manutenção de posse.

A decisão da Justiça, no entanto, foi desfavorável aos invasores. Ainda assim, os sem-terra não desistem. O acampamento continua montado no meio dos eucaliptos. Eles também querem terra para plantar.

“As pessoas precisam entender que as terras de Brazlândia são diferentes. Invadir a APA pode comprometer o abastecimento de todo o Distrito Federal”, explica Lorymer. O gerente da APA da Bacia do Rio Descoberto, Marcelo Gomes, 27 anos, diz que as áreas destinadas à floresta não podem ser ocupadas e que o Governo do Distrito Federal já se comprometeu a remover os invasores.

“Nem na área 2, que está fora da APA do Descoberto, pode haver chácaras”, diz.

ESPECULAÇÃO

A área 2 da Floresta Nacional de Brasília é a mais invadida. Três associações diferentes de trabalhadores rurais disputam as chácaras da região, na zona rural de Taguatinga, conhecida por 26 de Setembro. A especulação na área é grande. E os sem-terra assentados pelo governo anterior acabam não resistindo à tentação do dinheiro. Das 135 chácaras originais, apenas 35 continuam nas mãos deles, segundo levantamento da Associação dos Trabalhadores Rurais do 26 de Setembro.

As chácaras, que deveriam ser desfeitas, estão sendo vendidas por até R\$ 300 mil. Eucaliptos da extinta Proflora são derrubados e queimados para dar espaço a casas grandes, de alvenaria. Nenhuma operação de demolição foi feita recentemente no local. “Não conheço nenhuma lei que proíba que moremos dentro de uma floresta”, diz Darlan Marques, presidente da Associação 26 de Setembro, disposto a não abandonar a chacara.

Não é bem assim. O Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), órgão federal que está responsável para implementar a floresta, quer todas as quatro áreas livres dos invasores. A ideia do Ibama é promover um reflorestamento com árvores típicas do cerrado e outras que poderão ser exploradas, de forma sustentável, pela indústria moveleira. “As pessoas podem até trabalhar na floresta, mas não morar”, avisa Marcelo Gomes, 27, gerente do Ibama, responsável pela fiscalização das áreas da floresta situadas dentro da APA do Descoberto.

